

A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL ATRAVÉS DO PROGRAMA DE GESTÃO COMPARTILHADA: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS EDUCACIONAIS (2019–2023)

MÁRCIO ALEXANDRE BARBOSA LIMA

Universidade do Distrito Federal (UnDF), Brasília, Distrito Federal, Brasil

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Brasília, Distrito Federal, Brasil

KEVIN DOS SANTOS OLIVEIRA

Universidade do Distrito Federal (UnDF), Brasília, Distrito Federal, Brasil

RESUMO: Desde 2019, o Distrito Federal adota o Programa de Gestão Compartilhada. Após seis anos, já é possível avaliar seus efeitos com base em dados concretos, especialmente nas provas do Saeb. Considerando 2019 como linha de base e 2023 como comparação, a análise foca o 9º ano do ensino fundamental, etapa mais presente nas escolas participantes. Das 14 unidades, apenas seis têm dados do Ideb comparáveis e, entre elas, só uma apresentou avanços em todos os objetivos do programa — aprovação, redução da reprovação e abandono, além do cumprimento das metas do Ideb. Os resultados indicam que a gestão compartilhada com forças de segurança, isoladamente, pode não garantir melhorias consistentes nos indicadores educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Compartilhada. Militarização. Educação Pública. Avaliação Educacional.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se observado um movimento crescente de militarização de escolas da educação básica (Santos, 2020; Mendonça, 2019; Torres, 2023). Esse processo ocorre, em grande parte, por meio de parcerias entre os sistemas de ensino e as polícias militares dos estados, resultando em um modelo de gestão compartilhada entre profissionais da educação e agentes da segurança pública (Belle, 2011; Cruz 2017).

A militarização das escolas públicas no Brasil se concretiza por meio de diferentes modelos, que, embora apresentem variações, compartilham elementos comuns. Entre esses elementos destacam-se o uso de uniformes militares, a adoção de símbolos e cerimônias inspirados na cultura militar e a implementação de práticas voltadas à construção de um corpo discente disciplinado, conforme os preceitos da hierarquia militar (Belle, 2011; Nascimento, 2021). Tais cerimônias, por vezes, têm caráter competitivo e distintivo entre os estudantes, ao passo que, em outras ocasiões, são empregadas com a finalidade de promover a disciplina e a coesão do grupo escolar (Cruz, 2017).

A disciplina militar, associada à rigidez normativa e à padronização de comportamentos, é frequentemente apresentada como o principal diferencial das escolas com gestão compartilhada. Em discursos oficiais e em peças de divulgação, essa característica é apresentada vinculada aos supostos bons resultados alcançados por

essas instituições em avaliações externas, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) (Cruz, 2017). Tal narrativa sustenta-se na ideia de que a militarização melhora o desempenho escolar, o que poderia ser resumido no slogan implícito: “militariza que melhora”.

O estado de Goiás foi pioneiro na implementação desse modelo de gestão escolar, ainda na década de 1990. Desde então, mais de 17 unidades da federação aderiram à militarização de escolas públicas, incluindo o Distrito Federal (Mendonça, 2019; Torres, 2023). Na maioria dos casos, os gestores públicos justificam a adoção do modelo com base na expectativa de melhoria da qualidade da educação, evidenciada por indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Iddeb), bem como na pretensão de enfrentar problemas como a violência escolar e o consumo de substâncias psicoativas entre os estudantes (Cruz, 2017; Soares; Oliveira, 2022).

Para os fins deste estudo, consideram-se como escolas militarizadas aquelas instituições de ensino público que passaram a operar sob um regime de gestão compartilhada entre as Secretarias de Educação e as corporações militares estaduais, incorporando práticas, valores e estruturas típicas da cultura militar à rotina escolar. (Mendonça, 2019)

A rotina dos alunos em uma das escolas militarizadas de Goiás ilustra claramente o conceito de disciplina que define essas instituições:

A rotina diária dos alunos do Waldemar Mundim é militar, como mostra a “primeira revista” feita por dois militares na porta da escola, que costumam barrar meninas com esmalte nas unhas ou cabelos soltos e rapazes com costeleta fora do padrão ou barba e bigode por fazer. A “segunda revista” é feita pelos próprios alunos, liderados e auxiliados por PMs. Cada pelotão tem um chefe de turma — responsável pela chamada —, um comandante de companhia e um chefe-geral, que recebe a chamada e a passa para um militar responsável. ‘Os alunos ajudam a fechar a fiscalização. Olham o cabelo, barba, sapato. Um deles fica encarregado dos atrasados, que são encaminhados para uma segunda chamada. É feita então uma apresentação para o militar que destina cada atrasado para a sala de aula. É como num quartel’, explicou o tenente-coronel Luzimário Guimarães, comandante diretor do Waldemar Mundim. (Camporez, 2018).

O modelo tem se consolidado como uma alternativa educacional em expansão no Brasil. A crescente demanda por vagas nessas instituições, tanto em nível estadual quanto municipal, indica uma expressiva aceitação por parte de determinados segmentos da população. Nesse contexto, as escolas militarizadas têm sido percebidas por parte das famílias como espaços que oferecem um padrão de qualidade compatível com suas expectativas, sendo os resultados em avaliações externas utilizados como elementos de legitimação e incentivo à procura por esse tipo de instituição (Belle, 2011).

No Distrito Federal, a implementação do modelo teve início em 2019, com a posse do novo governo local, politicamente alinhado à gestão do presidente Jair Bolsonaro. A iniciativa foi formalizada por meio do Projeto Escolas de Gestão

LIMA, M. A. B.; OLIVEIRA, K. dos S.

Compartilhada, regulamentado por uma portaria conjunta da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Segurança Pública e suas reedições. Esse projeto prevê a conversão de escolas públicas em Colégios Cívico-Militares, adotando uma divisão de responsabilidades entre os dois órgãos envolvidos.

Para que uma escola possa aderir ao modelo, é exigida a realização de uma audiência pública de caráter consultivo, além da implementação do Projeto Político-Pedagógico e de um Plano de Gestão Disciplinar-Cidadã, aprovado pela Secretaria de Segurança Pública. No entanto, observa-se que, em alguns casos, o resultado da consulta pública não foi considerado decisivo no processo de adesão. Em um registro, embora a comunidade escolar da escola de localizada em Samambaia tenha se manifestado contrária ao processo, a escola foi transformada e o governador reagiu dizendo:

Democracia foi no dia que me elegeram governador com mais de um milhão de votos. Me escolheram para poder fazer a mudança, mudar para melhor. Quem governa sou eu; os que estiverem insatisfeitos com a gestão compartilhada busquem a Justiça. Tenho certeza de que as melhorias virão (Tahan, 2019).

A estrutura de gestão nas Escolas de Gestão Compartilhada do Distrito Federal é organizada a partir da divisão de responsabilidades entre dois núcleos: a gestão pedagógica, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação, e a chamada gestão disciplinar-cidadã, conduzida por integrantes das forças de segurança pública. Esta última abrange as “ações disciplinares voltadas à formação cívica, moral e ética do corpo discente”, conforme estabelecido na portaria conjunta que regulamenta o programa.

Segundo a normativa, ambas as gestões possuem o mesmo nível hierárquico dentro da escola, o que implica uma relação de equivalência entre os responsáveis pedagógicos e os agentes militares designados.

Atualmente, o Projeto Escolas de Gestão Compartilhada conta com a presença de 14 instituições da rede pública do Distrito Federal, demonstrando a consolidação gradual desse modelo de gestão no contexto local.

A implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada no Distrito Federal teve início em 2019, com a militarização das primeiras quatro unidades escolares, conforme estabelecido pela Portaria Conjunta n.º 01, de 31 de janeiro de 2019. As escolas contempladas nessa fase inicial foram:

- Centro Educacional 03 de Sobradinho
- Centro Educacional 07 de Ceilândia
- Centro Educacional 308 do Recanto das Emas
- Centro Educacional 01 da Estrutural

Ainda em 2019, por meio da Portaria Conjunta n.º 09, de 12 de setembro, mais cinco escolas públicas foram incorporadas ao programa:

- Centro de Ensino Fundamental 19 de Taguatinga
- Centro Educacional Estância III de Planaltina
- Centro de Ensino Fundamental 01 do Núcleo Bandeirante

- Centro de Ensino Fundamental 407 de Samambaia
- Centro Educacional 01 do Itapoã

No ano seguinte, em 2020, o processo de expansão continuou com a adesão de mais quatro unidades escolares, conforme autorizado pela Portaria Conjunta n.º 22, de 28 de outubro de 2020. As escolas incluídas nessa etapa foram:

- Centro de Ensino Fundamental 01 do Riacho Fundo II
- Centro de Ensino Fundamental 01 do Paranoá
- Centro de Ensino Fundamental 5 do Gama
- Centro Educacional 416 de Santa Maria

Com essas adesões, o programa consolidou sua presença em diferentes regiões administrativas do Distrito Federal, ampliando o alcance do modelo de gestão compartilhada e diversificando as comunidades escolares atendidas.

O programa de gestão compartilhada do Governo do Distrito Federal (GDF), portanto, engloba 14 escolas públicas, instaladas nas regiões administrativas do Distrito Federal, e tem como objetivos:

- I - Aumentar as taxas de aprovação dos estudantes
- II - Reduzir as taxas de reaprovação, abandono e evasão escolar dos estudantes;
- III - Alcançar e superar as metas estabelecidas, nas Unidades Escolares, para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb; (Distrito Federal, 2019)

Além dos objetivos educacionais passíveis de monitoramento por meio de indicadores quantitativos, o Programa de Escolas de Gestão Compartilhada do Distrito Federal também estabelece metas de caráter formativo e social, tais como: “facilitar a construção de valores cívicos e patrióticos”, “aumentar a disciplina e o respeito hierárquico”, “preparar os estudantes para o exercício da plena cidadania”, “promover avanços nos parâmetros de segurança pública cidadã na comunidade escolar” e “reduzir os índices de criminalidade tanto no ambiente escolar quanto na região onde a escola está localizada”.

Com base nesses objetivos e na existência de evidências empíricas que possibilitam avaliar os efeitos do programa, o presente trabalho tem como propósito analisar os resultados obtidos pelas 14 escolas da rede pública do Distrito Federal que participam do modelo de gestão compartilhada. Para tanto, a investigação se apoia em indicadores educacionais previstos na regulamentação do programa, bem como em dados complementares que possibilitam uma compreensão mais ampla das transformações ocorridas nas instituições após sua adesão ao modelo.

A análise busca responder às seguintes questões de pesquisa: após a militarização, as metas estabelecidas pelo Ideb foram alcançadas ou superadas? Houve redução nos índices de evasão e repetência? O Ideb dessas escolas aumentou? Quais

LIMA, M. A. B.; OLIVEIRA, K. dos S.

foram as mudanças observadas nessas escolas após a implementação do modelo de gestão compartilhada?

Considerando que a primeira fase do processo de militarização coincidiu com o ano de aplicação do Saeb (2019), os dados da edição de 2019 são utilizados como linha de base para análise nessas e entre as outras escolas. Já os resultados da edição mais recente, realizada em 2023, servem como referência comparativa. A fim de assegurar a consistência da análise, o recorte se concentra no desempenho dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental, etapa mais presente nas escolas participantes e que é contemplada nas avaliações do Saeb. Optou-se por não utilizar os dados do Saeb 2021 devido o impacto da epidemia de covid, que alterou significativamente os resultados educacionais no período.

Além desses dados, também são considerados outros indicadores relevantes, tais como: adequação e esforço docente e o número total de matrículas. Esses elementos complementares permitem uma análise mais aprofundada das mudanças nas condições de trabalho e formação dos profissionais da educação nessas instituições, antes e depois da adoção do modelo de gestão compartilhada.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Antes da análise dos resultados relacionados aos objetivos estabelecidos pela Portaria Conjunta n.º 22, de 28 de outubro de 2020, última versão da normativa de implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada, é necessário observar a evolução do número de matrículas nas escolas participantes do programa de gestão compartilhada. A análise quantitativa das matrículas permite compreender os efeitos indiretos da militarização na atratividade e na permanência dos estudantes, por etapa e modalidade de ensino.

Considerando o ano em que cada uma das 14 escolas foi incorporada ao programa, o total de matrículas somava 19.061 alunos. Em 2023, esse número caiu para 18.550, o que representa uma redução de 511 matrículas no conjunto das unidades militarizadas.

Ao comparar o número de matrículas no ano da militarização com os dados de 2023, observa-se crescimento em cinco escolas: Centro Educacional 01 do Itapoã (+1.006), Centro Educacional 01 da Estrutural (+100), Centro Educacional 308 do Recanto das Emas (+53), Centro de Ensino Fundamental 407 de Samambaia (+12) e Centro de Ensino Fundamental 19 de Taguatinga (+11).

Por outro lado, nove escolas apresentaram queda no número de estudantes matriculados: Centro de Ensino Fundamental 01 do Riacho Fundo II (-598), Centro de Ensino Fundamental 01 do Paranoá (-365), Centro Educacional 07 de Ceilândia (-204), Centro Educacional 02 Brazlândia (-246), Centro Educacional Estância III de Planaltina (-77), Centro Educacional 03 de Sobradinho (-73), Centro de Ensino Fundamental 01 do Núcleo Bandeirante (-62), Centro de Ensino Fundamental 5 do Gama (-58), Centro Educacional 416 de Santa Maria (-10).

Quando se observa a distribuição das matrículas por etapa e modalidade de ensino, nuances importantes emergem. Nos anos finais do ensino fundamental, o total de matrículas era de 12.135 no ano da implementação do modelo de gestão compartilhada e, em 2023, esse número praticamente se manteve estável, totalizando

ARTIGO 1112

A militarização das escolas públicas do Distrito Federal...

12.110 matrículas. Esse dado indica uma tendência de estabilidade na principal etapa atendida pelas escolas militarizadas.

Ainda assim, há variações relevantes entre as unidades. Houve crescimento expressivo nas matrículas nos anos finais do fundamental em duas escolas: a escola do Itapoã (+500) e da Estrutural (+500), além de aumentos mais modestos nas de Samambaia e Taguatinga. Em contrapartida, dez escolas registraram reduções, com destaque para a escola do Recanto das Emas (-394), Riacho Fundo II (-164), Paranoá (-94), Ceilândia (-90) e Brazlândia (-80), seguidas por outras com decréscimos menores.

No ensino médio, observa-se um comportamento distinto. Em 2019, o total de matrículas no ensino médio nas escolas militarizadas era de 3.521. Esse número aumentou para 4.539, em 2023, o que representa um crescimento de 1.018 matrículas. As escolas com maior incremento nesse segmento foram as do Itapoã (+494), Recanto das Emas (+447) — que, apesar disso, teve queda significativa nos anos finais do fundamental — e Estrutural (+206), além de crescimento menor em Santa Maria (+31). As reduções ficaram restritas às escolas de Brazlândia (-123), Ceilândia (-28) e Sobradinho (-9).

No que se refere à Educação de Jovens e Adultos (EJA), os dados indicam retração. No segmento da EJA Fundamental, o total de matrículas nas 14 escolas caiu de 1.205, no ano da militarização, para 954 em 2023. Já na EJA Ensino Médio, a queda foi ainda mais expressiva: de 1.438 para 947 matrículas no mesmo período. Apenas uma escola, a da Estrutural, criou turmas de EJA após o início da gestão compartilhada.

Em síntese, os dados indicam estabilidade nas matrículas dos anos finais do ensino fundamental, crescimento significativo no ensino médio e retração nas demais etapas e modalidades, especialmente na EJA. Essa movimentação sugere uma possível reconfiguração do perfil de atendimento das escolas militarizadas, com ênfase crescente no ensino médio e redução da oferta nas modalidades de educação de jovens e adultos.

LIMA, M. A. B.; OLIVEIRA, K. dos S.

Tabela 1 - Total de matrículas das escolas do programa de gestão compartilhada segundo o ano de militarização, por etapa de ensino e ano - Distrito Federal - 2018-2023

Ano da Militarização	Escola	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Variação nominal
2019	CE 03 Sobradinho	1531	1689	1603	1650	1586	1616	-73
	EF - Anos Finais	1002	881	821	792	826	817	-64
	Ensino Médio	524	808	782	858	760	799	-9
	CE 07 Ceilândia	2488	2274	2395	2417	2277	2070	-204
	EF - Anos Iniciais	31						
	EF - Anos Finais	533	542	598	577	506	452	-90
	Ensino Médio	1097	1208	1215	1291	1310	1180	-28
	EJA – EF	378	213	230	179	172	207	-6
	EJA – EM	449	311	352	370	289	231	-80
	CE 308 Recanto	909	878	936	916	916	931	53
	EF - Anos Finais	909	878	847	643	515	484	-394
	Ensino Médio			89	273	401	447	447
	CE 01 Estrutural	1656	1627	1676	1487	1699	1727	100
	EF - Anos Iniciais	724	762	384				
	EF - Anos Finais	294	278	654	991	909	796	518
	Ensino Médio	215	225	221	219	377	431	206
2020	EJA – EF				205	265	265	
	EJA – EM	423	362	417	277	208	235	-127
	CEF 19 Taguatinga	633	654	687	677	686	698	11
	EF - Anos Finais	633	654	687	677	686	698	11
	CEF 01 Bandeirante	889	927	921	952	857	859	-62
	EF - Anos Finais	889	927	921	952	857	859	-62
	CEF 407 Samambaia	901	943	982	1013	1027	994	12
	EF - Anos Finais	901	943	982	1013	1027	994	12
	CE III Planaltina	1554	1394	1395	1169	1283	1318	-77
	EF - Anos Finais	965	934	935	896	880	904	-31
2021	EJA – EF	305	221	231	119	168	196	-35
	EJA – EM	282	239	229	154	235	218	-11
	CE 01 Itapoã	1087	1285	1437	2098	2432	2443	1006
	EF - Anos Finais	567	682	720	864	1230	1232	512
	Ensino Médio	520	603	717	1234	1202	1211	494

Continua...

	CEF 05 Gama	659	572	605	645	609	587	-58
2021	EF - Anos Finais	659	572	605	645	609	587	-58
	CE 02 Brazlândia	1305	1204	1285	1235	1153	989	-246
	EF - Anos Finais	1081	990	1007	900	853	820	-80
	Ensino Médio			99	123	65		-123
	EJA – EM	224	214	179	212	235	169	-43
	CE 416 Santa Maria	923	906	970	1022	1011	1012	-10
	EF - Anos Finais	613	583	614	582	571	541	-41
	Ensino Médio	310	323	356	440	440	471	31
	CEF 01 Paranoá	1673	1808	1660	1756	1461	1391	-365
	EF - Anos Finais	1274	1278	1298	1319	1228	1225	-94
	EJA – EF	399	530	362	437	233	166	-271
	CEF 01 R. Fundo II	2355	2116	2404	2513	2008	1915	-598
	EF - Anos Finais	1724	1693	1829	1865	1770	1701	-164
	EJA – EF	380	244	358	324	121	120	-204
	EJA – EM	229	179	217	324	117	94	-230

Fonte: Censo da Educação Básica (2018/2023)

Compreendido o comportamento das matrículas após a implementação do modelo de gestão compartilhada, a próxima etapa consiste na análise dos resultados educacionais, conforme os objetivos estabelecidos pela Portaria Conjunta nº 22/2020. Os três primeiros objetivos do programa referem-se ao aumento das taxas de aprovação dos estudantes, à redução das taxas de reprovação, abandono e evasão escolar, e ao alcance ou superação das metas estipuladas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Para compreender os resultados do programa de gestão compartilhada do Distrito Federal é importante entender que o Ideb é um indicador educacional que agrupa dois conceitos no seu cálculo: o fluxo escolar e a média do desempenho nas provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica. O índice varia de 0 a 10, em uma combinação entre fluxo e desempenho nas avaliações de português e matemática.

Por isso, para além da nota do Ideb, é importante observar o fluxo e o desempenho desses alunos nas avaliações. O desempenho dos estudantes é classificado em escalas de proficiência em português e matemática, e essas escalas estão divididas em níveis.

Para ser considerado um aumento de aprendizagem é necessário passar de um nível para outro e para mudar de nível é necessária uma variação de 25 pontos na proficiência. Por isso, para uma boa compreensão dos resultados é necessário observar os números considerando a escala de proficiência e o fluxo escolar.

Nesse sentido, os três primeiros objetivos da portaria, de certa forma, convergem para o mesmo resultado, pois não é possível alcançar ou superar o Ideb projetado para a escola sem melhorar o fluxo escolar (o que significa reduzir a repetência e aumentar a aprovação) e os resultados das avaliações, considerando a escala e os níveis de proficiência de cada prova.

LIMA, M. A. B.; OLIVEIRA, K. dos S.

Como já afirmado, para fins de avaliação do programa de gestão compartilhada, utiliza-se os resultados do SAEB 2019 e 2023 das 14 escolas. Mas para se obter um resultado no SAEB publicado, é necessário que em cada escola as turmas de português e matemática possuam dez ou mais alunos presentes no dia da avaliação, caso contrário, os resultados não serão nem calculados e publicados.

É o que acontece em 8 escolas do Programa: duas escolas (Sobradinho e Riacho Fundo) que não possuem resultados para 2019 e 2023, e em seis escolas (Recanto, Estrutural, Planaltina, Samambaia, Paranoá e Brazlândia) que possuem resultados de apenas uma edição do Saeb.

Com isso, das 14 escolas participantes do programa de gestão compartilhada, que tem objetivos relacionados com o Ideb, 60% delas não poderão ter seus resultados analisados, sendo que 6 dessas escolas não possuíam turma mais de 10 alunos presentes no dia da aplicação da avaliação e já estavam com o programa de gestão compartilhada em funcionamento durante a avaliação.

Apenas seis escolas da rede pública do Distrito Federal militarizadas no âmbito do programa de gestão compartilhada possuem resultados do Ideb comparáveis entre 2019 e 2023: Ceilândia, Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Santa Maria, Itapoã e Gama.

A análise desses dados revela que quatro escolas registraram aumento no Ideb: Ceilândia (+1,5 pontos), Taguatinga (+0,7), Núcleo Bandeirante (+0,7) e Santa Maria (+0,1). Em contrapartida, duas escolas apresentaram queda no índice: Itapoã (-0,3) e Gama (-0,5). Esses dados sugerem variações distintas nos efeitos da gestão, assim desagregamos os dados a partir da proficiência em matemática e português.

ARTIGO 1116

A militarização das escolas públicas do Distrito Federal...

Tabela 2– Resultados do IDEB, das proficiências em português e matemática e taxas de rendimento escolar das escolas do programa de gestão compartilhada segundo o ano de militarização, por etapa de ensino e ano - Distrito Federal - 2019-2023

	Indicador	IDEB	Português	Matemática	Aprovação	Reprovação	Abandono	Meta Ideb
CE 03 Sobradinho	Início (2019)	*	*	*	82,9	11,1	11,1	5,2
	Final (2023)	*	*	*	94,2	7,4	7,4	5,4
	Variação	*	*	*	11,3	-3,7	-3,7	
CE 07 Ceilândia	Início (2019)	3,3	226,33 (N2)	234,26 (N2)	78,6	19,0	2,4	4,8
	Final (2023)	4,8	252,49 (N3)	248,35 (N2)	94,8	5,2	0,0	5,0
	Variação	1,5	26,2	14,1	16,2	-13,8	-2,4	
CE 308 Recanto das Emas	Início (2019)	*	*	*	81,6	13,0	5,4	4,5
	Final (2023)	4,9	254,04 (N3)	243,01 (N2)	98,1	0,6	1,3	4,7
	Variação	*	*	*	16,5	-12,4	-4,1	
CE 01 Esturral	Início (2019)	*	*	*	90,8	9,2	0,0	4,2
	Final (2023)	4,1	251,39 (N3)	239,13 (N2)	85,7	8,0	6,3	4,5
	Variação	*	*	*	-5,1	-1,2	6,3	
CEF 19 Taguatinga	Início (2019)	4,7	251,70 (N3)	260,01 (N3)	97,8	2,2	0,0	
	Final (2023)	5,4	271,42 (N3)	265,02 (N3)	96,4	3,6	0,0	4,9
	Variação	0,7	19,7	-5,0	-1,4	1,4	0,0	
CE Estância III Planaltina	Início (2019)	*	*	*	75,3	24,7	0	4,6
	Final (2023)	3,4	224,67 (N2)	221,87 (N2)	82,3	13	4,7	4,8
	Variação	*	*	*	7,0	-11,7	4,7	
CEF 01 Núcleo Bandirante	Início (2019)	5,0	261,27 (N3)	271,73 (N3)	100	0	0	4,9
	Final (2023)	5,7	277,11 (N4)	270,69 (N3)	98,7	0,5	0,8	5,2
	Variação	0,7	15,84	-1,04	-1,3	0,5	0,8	
CEF 407 Samambaia	Início (2019)	*	*	*	100	0	0	
	Final (2023)	4,6	241,92 (N5)	241,10 (N5)	98,3	1,7	0	
	Variação	*	*	*	-1,7	1,7	0	
CE 01 Itapoã	Início (2019)	3,9	251,26 (N3)	249,67 (N2)	89,9	10,1	0,0	
	Final (2023)	3,6	242,02 (N2)	240,05 (N2)	78,0	21,4	0,6	4,2
	Variação	-0,3	-9,2	-9,6	-11,9	11,3	0,6	
CEF 01 Riacho Fundo II	Início (2019)	*	*	*	98,7	0,4	0,9	5,1
	Final (2023)	*	*	*	91,9	8,0	0,1	5,4
	Variação	*	*	*	-6,8	7,6	-0,8	

Continua...

LIMA, M. A. B.; OLIVEIRA, K. dos S.

CEF 01 Paranoá	Início (2019)	*	*	*	83,8	16,2	0,0	4,7
	Final (2023)	4,1	247,10 (N2)	237,22 (N2)	87,0	10,4	2,6	5,0
	Variação	*	*	*	3,2	-5,8	2,6	
CE 02 Brazlândia	Início (2019)	*	*	*	91,3	8,7	0,0	5,5
	Final (2023)	4,6	254,52 (N3)	251,07 (N3)	90,6	9,2	0,2	5,7
	Variação	*	*	*	-0,7	0,5	0,2	
CEF 5 Gama	Início (2019)	5,0	256,05 (N3)	250,42 (N3)	98,3	1,7	0,0	5,3
	Final (2023)	4,5	244,87 (N2)	241,39 (N2)	94,4	0,7	4,9	5,6
	Variação	-0,5	-11,2	-9,0	-3,9	-1,0	4,9	
CE 416 Santa Maria	Início (2019)	4,7	252,17 (N3)	251,72 (N3)	92,8	7,2	0,0	4,8
	Final (2023)	4,8	266,60 (N3)	252,81 (N3)	90,8	8,4	0,8	5,1
	Variação	0,1	14,4	1,1	-2,0	1,2	0,8	

Fonte: Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb 2019-2023.

Ao se analisar as variações na escala de proficiência entre os anos de 2019 e 2023, observa-se que apenas duas escolas apresentaram avanço efetivo de nível em Língua Portuguesa: Ceilândia e Núcleo Bandeirante. E ambas se mantiveram no nível 2 em Matemática.

A escola de Ceilândia progrediu do nível 2 (226,33 pontos) para o nível 3 (252,49 pontos), um aumento expressivo de 26,2 pontos, superando o patamar exigido para mudança de nível. Já o Núcleo Bandeirante evoluiu do nível 3 (261,27 pontos) para o nível 4 (277,11 pontos), registrando um acréscimo de 15,8 pontos. É importante destacar que ambas as escolas apresentaram redução no número de matrículas no período.

Em contrapartida, as escolas do Itapoã e Gama regrediram em suas posições na escala de proficiência em Língua Portuguesa. A escola do Itapoã recuou do nível 3 (251,3 pontos) para o nível 2 (242 pontos), enquanto manteve-se no nível 2 em Matemática, embora com redução de 9 pontos no período. A escola do Gama, por sua vez, apresentou decréscimo tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática: caiu do nível 3 para o nível 2 em ambas as disciplinas. Em 2019, a proficiência em Língua Portuguesa era de 256 pontos, diminuindo para 244,9 pontos em 2023. Em Matemática, a média caiu de 250 para 241,4 pontos.

E as escolas localizadas em Taguatinga e Santa Maria, embora tenham registrado variação positiva no Ideb, mantiveram-se no mesmo nível de proficiência em ambas as disciplinas. Ainda assim, apresentaram crescimento significativo nas pontuações de Língua Portuguesa, com aumento médio de 14 pontos, o que pode indicar avanços internos dentro do mesmo nível.

No que se refere às taxas de rendimento escolar, a aprovação aumentou em cinco escolas: Recanto das Emas (+16,5 p.p.), Ceilândia (+16,2 p.p.), Sobradinho (+11,3 p.p.), Planaltina (+7 p.p.) e Paranoá (+3,2 p.p.), e a taxa de reprovação apresentou crescimento em seis unidades escolares, sendo mais acentuado no Itapoã (+11,3 p.p.), Riacho Fundo (+7,6 p.p.) e Samambaia (+7,1 p.p.), e em menor magnitude em Santa Maria (+1,2 p.p.), Brazlândia (+0,5 p.p.) e Núcleo Bandeirante (+0,5 p.p.).

Observa-se que, entre as escolas com aumento nas taxas de aprovação, a maioria foi militarizada em 2019. Já entre aquelas que apresentaram crescimento nas taxas de reprovação, todas foram incorporadas ao programa entre 2020 e 2021, o que pode indicar uma correlação entre o tempo de militarização e a consolidação de resultados.

Em relação ao abandono escolar — definido como a saída do estudante antes do término do ano letivo — houve crescimento em escolas como a da Estrutural (+6,3 p.p.), Gama (+4,9 p.p.), Planaltina (+4,7 p.p.), Paranoá (+2,6 p.p.) e, em menor escala, Santa Maria (+0,8 p.p.), Núcleo Bandeirante, Itapoã e Brazlândia. Em contrapartida, houve redução do abandono em Recanto das Emas (-4,1 p.p.), Sobradinho (-3,7 p.p.), Ceilândia (-2,4 p.p.) e Riacho Fundo (-0,8 p.p.). Nota-se que as escolas com redução no abandono estão entre as primeiras a serem militarizadas, enquanto o aumento do indicador se concentrou nas unidades militarizadas mais recentemente.

Todavia, cabe destacar que algumas dessas escolas também apresentaram quedas significativas no número de matrículas no mesmo período. É o caso da escola do Recanto das Emas (-394 matrículas), Sobradinho (-64), Ceilândia (-90) e Riacho Fundo (-204). Quanto à evasão escolar — definida como a não rematrícula no ano seguinte —, os dados ainda não puderam ser apurados, pois dependiam da publicação dos resultados do Censo Escolar de 2024 para aferição dos estudantes que abandonaram as escolas em 2023 e não retornaram em 2024.

Dessa forma, ao considerar os três primeiros objetivos do programa de gestão compartilhada — aumento das taxas de aprovação, redução da reprovação e abandono, e alcance das metas do Ideb —, verifica-se que apenas a escola de Ceilândia apresentou resultados positivos em todas as frentes: aumento do Ideb, crescimento da aprovação, e redução da reprovação e do abandono. A escola do Núcleo Bandeirante registrou aumento no Ideb e avanço na escala de proficiência, porém apresentou redução na taxa de aprovação, com aumento da reprovação e do abandono.

A escola de Taguatinga, embora tenha mantido os níveis de proficiência, teve crescimento no Ideb e na pontuação em Língua Portuguesa, além da redução na reprovação. Em contrapartida, Santa Maria, apesar do aumento no Ideb, apresentou redução na aprovação, com aumento da reprovação e do abandono. Já Itapoã e Gama apresentaram queda no Ideb, acompanhada de redução nas taxas de aprovação e aumento do abandono. A escola do Itapoã, especificamente, teve crescimento de 11,3 p.p. na reprovação.

Além da análise dos objetivos centrais do programa, foram considerados outros indicadores educacionais relevantes, relacionados à estrutura da gestão escolar, esforço docente e adequação docente.

Esforço e Adequação Docente

O esforço docente é um indicador criado pelo Inep e considera 4 componentes: (1) número de escolas em que atua; (2) número de turnos de trabalho; (3) número de alunos atendidos e (4) número de etapas. É dividido em 6 níveis, sendo o primeiro o que representa aqueles professores que tem até 25 alunos e atua em um único turno, escola e etapa e, no último nível, estão aqueles que trabalham com mais de 400 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.

LIMA, M. A. B.; OLIVEIRA, K. dos S.

E entre as escolas militarizadas, oito apresentaram aumento no percentual de docentes classificados no nível 2 — professores que atendem entre 25 e 150 alunos em apenas um turno, escola e etapa. Destaque para a escola da Estrutural (+32,8 p.p.), Planaltina (+13,4 p.p.) e Núcleo Bandeirante (+11,4 p.p.). As demais escolas registraram aumentos mais moderados, entre 0,4 e 7,6 p.p.

Quanto à adequação docente, os dados mostram avanço positivo em 12 das 14 escolas militarizadas. O indicador de adequação docente afere a adequação da formação do professor com a(s) etapa(s) da educação básica em que leciona. É dividido em 5 grupos, sendo o primeiro composto por docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou com bacharelado na mesma disciplina e curso de complementação pedagógica concluído na disciplina que ministra e, no último nível, estão os docentes que não possuem curso superior completo.

As maiores variações positivas no percentual de professores no nível 1 foram observadas em Samambaia (+25,8 p.p.), Estrutural (+22,9 p.p.) e Sobradinho (+14,5 p.p.), com incrementos menores em escolas como Núcleo Bandeirante (+9,5 p.p.), Santa Maria (+8,7 p.p.), Gama (+7 p.p.) e Recanto das Emas (+5,1 p.p.). Apenas a escola do Itapoã apresentou aumento no percentual de docentes sem ensino superior completo (+11,2 p.p.), seguida da Estrutural (+3,3 p.p.) e de Brazlândia (+2,2 p.p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de militarização das escolas públicas no Brasil tem se intensificado nos últimos anos e indica tendência de expansão, com avanços recentes em estados como Paraná e São Paulo, por exemplo. Trata-se de um fenômeno que transcende espectros ideológicos. Mesmo em estados governados por partidos de esquerda, como a Bahia — administrada há anos pelo Partido dos Trabalhadores —, as escolas com gestão militarizada compõem parte do sistema público estadual de ensino.

A militarização, nesse contexto, responde a uma demanda social, frequentemente impulsionada por setores da sociedade que enxergam no modelo disciplinar militarizado uma solução para os desafios da educação pública (Alves; Toshi, 2020; Ferreira, 2018). Tal percepção está, muitas vezes, associada ao desempenho de algumas escolas militares em vestibulares e processos seletivos, resultados esses que são usualmente atribuídos ao modelo de gestão e não às especificidades do público atendido por essas instituições.

A proposta do Programa de Gestão Compartilhada do Distrito Federal parece ter adotado a mesma lógica. Contudo, os resultados apresentados ao longo deste trabalho indicam que, apesar da melhoria nas condições de trabalho docente — especialmente no que se refere ao esforço e à adequação profissional —, os indicadores educacionais permaneceram, em sua maioria, estagnados ou apresentaram piora, além de uma redução significativa nas matrículas em algumas das escolas analisadas.

A dissonância entre a expectativa e os resultados concretos alcançados levanta questões fundamentais sobre a efetividade do modelo. É preciso refletir a quem, de fato, esse formato de escola serve, sob quais condições ele pode gerar melhorias nos indicadores educacionais e quais são os elementos estruturais e os custos sociais que sustentam seu funcionamento.

O modelo militarizado de ensino pode apresentar bons resultados educacionais, mas tais resultados parecem estar diretamente relacionados ao perfil do público atendido, às condições de funcionamento específicas e aos critérios de seleção adotados (Belle, 2011; Cruz, 2017). Isso indica que a simples implantação de um modelo de gestão compartilhada com forças de segurança pública, sem a devida consideração dessas variáveis, pode não ser suficiente para promover avanços em indicadores educacionais.

Artigo recebido em: 06/06/2025
Aprovado para publicação em: 07/10/2025

THE MILITARIZATION OF PUBLIC SCHOOLS IN THE FEDERAL DISTRICT THROUGH THE SHARED MANAGEMENT PROGRAM: AN ANALYSIS OF EDUCATIONAL OUTCOMES (2019–2023)

ABSTRACT: Since 2019, the Federal District has adopted the Shared Management Program. After six years, it is now possible to assess its effects based on concrete data, especially from Saeb exams. Using 2019 as a baseline and 2023 for comparison, the analysis focuses on the 9th grade of elementary school, the most represented stage among participating schools. Of the 14 units, only six have comparable Ideb data and, among them, only one showed progress in all program objectives— approval, reduction of failure and dropout rates, and achievement of Ideb targets. The results indicate that shared management with security forces, by itself, may not guarantee consistent improvements in educational indicators.

KEYWORDS: Shared Management. Militarization. Public Education. Educational Assessment.

LA MILITARIZACIÓN DE LAS ESCUELAS PÚBLICAS DEL DISTRITO FEDERAL A TRAVÉS DEL PROGRAMA DE GESTIÓN COMPARTIDA: UN ANÁLISIS DE LOS RESULTADOS EDUCATIVOS (2019–2023)

RESUMEN: Desde 2019, el Distrito Federal adopta el Programa de Gestión Compartida. Tras seis años, ya es posible evaluar sus efectos con base en datos concretos, especialmente en las pruebas del Saeb. Considerando 2019 como línea de base y 2023 como referencia comparativa, el análisis se centra en el 9º grado de la educación básica, etapa más presente en las escuelas participantes. De las 14 unidades, solo seis tienen datos comparables del Ideb y, entre ellas, únicamente una presentó avances en todos los objetivos del programa: aprobación, reducción de la reprobación y abandono, además del cumplimiento de las metas del Ideb. Los resultados indican que la gestión compartida con fuerzas de seguridad, por sí sola, puede no garantizar mejoras consistentes en los indicadores educativos.

PALABRAS CLAVE: Gestión Compartida. Militarización. Educación Pública. Evaluación Educativa.

LIMA, M. A. B.; OLIVEIRA, K. dos S.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. F.; FERREIRA, N. S. R. O processo de militarização de uma escola estadual pública em Goiás. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.

ALVES, M. F.; TOSCHI, M. S. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 3, p. 633, dez. 2019.

BELLE, H. B. M. **Escola de civismo e cidadania: ethos do Colégio Beta da Polícia Militar de Goiás**. 2011. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

CAMPOREZ, P. Número de escolas públicas “militarizadas” no país cresce sob o pretexto de enquadrar os alunos. **Revista Época**, Rio de Janeiro, jul. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/numeros-de-escolas-publicas-militarizadas-no-pais-cresce-sob-pretexto-de-enquadrar-os-alunos-22916713>. Acesso em: 9 maio 2025.

Cruz, L. A. C. M. **Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo?**. 2017. 177 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria Conjunta nº 01, de 31 de janeiro de 2019**. Dispõe sobre a implementação do projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada, que prevê a transformação de quatro unidades específicas de ensino da rede pública do Distrito Federal em Colégios da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, 2019a.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria Conjunta nº 09, de 12 de setembro de 2019**. Dispõe sobre a implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada, entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, que prevê a transformação de Unidades Escolares específicas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal em Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, 2019b.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria Conjunta nº 22, de 28 de outubro de 2020**. Dispõe sobre a implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada, entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, que prevê a transformação de Unidades Escolares específicas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal em Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, 2020a.

FERREIRA, Neusa S. R. **“Gestão militar” da escola pública em Goiás: um estudo de caso da implementação de um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás em**

Aparecida de Goiânia. 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018a.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota técnica: Indicador de esforço docente. 2014.** Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_esforco/nota_tecnica_indicador_docente_esforco.pdf. Acesso em: 9 maio 2025.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota técnica: Metodologia de cálculo do Indicador de Adequação da Formação do Docente. 2021.** Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2021/SEI_INEP_0644683_Nota_Tecnica.pdf. Acesso em: 9 maio 2025.

MENDONÇA, E. F. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 3, p. 594–611, 2019.

NASCIMENTO, M. A. S.; MOREIRA, J. dos S. P. O avanço da militarização nas escolas públicas brasileiras: autoritarismo e silenciamento x democracia e reflexão. Pontos de Interrogação – **Revista de Crítica Cultural**, Alagoinhas-BA: Laboratório de Edição Fábrica de Letras – UNEB, v. 11, n. 1, p. 79–102, 2021.

SANTOS, E. J. F. **Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

SOARES, E. R. M.; OLIVEIRA, R. M. S. E. Avaliação e militarização de escolas no Distrito Federal: relações e implicações. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 33, 2022.

TAHAN, L. **Ibaneis implementará gestão compartilhada com a PM nas escolas que rejeitaram modelo.** **Metrópoles**, [S. l.], 6 abr. 2025. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/ibaneis-implementara-gestao-compartilhada-com-a-pm-nas-escolas-que-rejeitaram-modelo>. Acesso em: 6 abr. 2025.

TORRES, H. R. **A disputa pelo território em um território em disputa: militarização de escolas públicas no Distrito Federal.** 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

LIMA, M. A. B.; OLIVEIRA, K. dos S.

MÁRCIO ALEXANDRE BARBOSA LIMA: Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor da Universidade do Distrito Federal e Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8869-7030>

E-mail marcio.lima@inep.gov.br

KEVIN DOS SANTOS OLIVEIRA: Tecnólogo em Gestão Pública, bolsista do programa de Iniciação Científica da Universidade do Distrito Federal.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9115-4190>

E-mail: kevin.oliveira@undf.edu.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).